



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

ISSN: 1980-864X

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Schultz, Kara D.

Os colonos africanos do Caribe espanhol

Estudos Ibero-Americanos, vol. 44, núm. 3, 2018, Setembro-Dezembro, pp. 525-527

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

DOI: 10.15448/1980-864X.2018.3.31645

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134658381012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

CORES, CLASSIFICAÇÕES E CATEGORIAS SOCIAIS: os africanos nos impérios ibéricos, séculos XVI a XIX

<http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2018.3.31645>

Os colonos africanos do Caribe espanhol

The African Settlers of the Spanish Caribbean

Los colonos africanos del Caribe español

Kara D. Schultz

Universidade Vanderbilt. Estados Unidos.

RESENHA DE:

WHEAT, David. *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

Nesta inovadora monografia, David Wheat considera o Caribe espanhol como uma extensão da África ocidental e do mundo ibérico no inicio da época moderna. Ao empregar uma variedade de fontes primárias disponíveis em arquivos localizados em Cuba, Colômbia, Portugal e Espanha, *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean* demonstra a importância demográfica, social e econômica dos africanos e dos seus descendentes – os “colonos *de fato*” da região – bem antes da ascensão da agricultura monocultora (WHEAT, 2016, p. 8).

A narrativa de Wheat começa em fins do século XVI, quando as indústrias do ouro, do cobre e das pérolas, que inicialmente serviram como incentivo para a introdução de africanos escravizados no Caribe, tinham em grande medida se esgotado. As estruturas imperiais espanholas foram reorganizadas para concentrarem-se na extração da riqueza mineral do continente americano, e o Caribe assumiu um novo papel como parada obrigatória para as frotas das Índias, criadas no inicio da década de 1560. Nas regiões interiores

de cidades portuárias fortificadas, como Cartagena de Índias, Cidade do Panamá, Santo Domingo e Havana – “estaleiros, centros de escravidão e centros para o comércio regional” – os africanos escravizados e os seus descendentes eram essenciais para a agricultura, a criação de gado e a produção de alimentos (WHEAT, 2016, p. 10). Tais empreendimentos supriam tanto as populações locais como as frotas, e favoreciam, ainda, intercâmbios comerciais por todo o Caribe.

A primeira metade do livro concentra-se em eventos na Alta Guiné e na África Centro-Oeste – as duas principais regiões de embarque para os escravos enviados para as Américas, durante o período em consideração – e suas reverberações no Caribe espanhol. O primeiro capítulo do livro examina os “Rios da Guiné”, uma região do litoral ocidental da África que engloba Alta Guiné, Senegâmbia e Serra Leoa. Até o inicio da década 1590, a maioria dos navios transatlânticos tinha sua origem na Alta Guiné; contudo, o comércio de escravos ocupou só uma parte de um “sistema extenso” de trocas entre



europeus, luso-africanos e africanos, desde fins do século XV. Como demonstra Wheat, o legado de mais de um século de relações interculturais nos rios da Guiné teve implicações profundas para as interações de pessoas da Alta Guiné no Caribe espanhol, indivíduos que “chegaram com um sentido forte de suas origens etno-lingüísticas”, as quais eram “bem reconhecidas” pelos ibéricos. Em contraste com os oriundos da África Centro-Ocidental, chamados pelas fontes espanholas da época invariavelmente como *angolas*, *congos* ou *enchicos*, existiam mais de vinte etnônimos e topônimos que se referiam a pessoas da Alta Guiné, incluindo jolofo, caçanga, bañon, folupo, biafara, bioho, bran e zape (WHEAT, 2016, p. 24-26). Embora essas classificações possam ser desprezadas como mais uma ferramenta de mercadores de escravos ansiosos por lucros para diferenciar entre sua carga humana, Wheat mostra convincentemente como essas identidades etno-lingüísticas “desempenharam papéis sociais importantes para a gente da Alta Guiné em diáspora” (WHEAT, 2016, p. 54).

Em contraste, os agentes ibéricos não possuíam os mesmos conhecimentos nítidos de diferenças étnicas entre indivíduos dos “Reinos de Angola”, de longe a maior zona de proveniência de africanos enviados para a América espanhola. Os cativos eram obtidos em grande parte por meio da guerra e da captação de tributos ligados à formação do estado colonial português. Além de fornecer milhares de cativos para exportação, as “elites” de Luanda e os colonos – oficiais reais, procuradores, mercadores e burocratas – conectaram diretamente a colonização portuguesa de Angola e a colonização espanhola das Américas ao impulsionar a exportação de africanos para o Caribe espanhol. Assim, o governador de Angola, João Correia de Sousa (1621-1623), tendo fugido da colônia após a guerra contra Cassanje, embarcou para Cartagena na companhia de outro oficial real e um bom número de africanos escravizados, os quais provavelmente vendeu nos domínios castelhanos (WHEAT, 2016, p. 85-86). Um outro elemento que diferenciava o tráfico angolano do seu precedente na Alta Guiné era a proeminência das crianças entre os escravizados, uma característica geralmente associada ao tráfico de escravos de fins do século XVIII e XIX. Wheat atribui a prevalência de jovens a vários fatores, incluindo a escravização de comunidades inteiras, o pagamento de crianças como tributo, e a preferência dos Imbangala, que vendiam escravos aos portugueses, por reter os cativos adultos e vender crianças e jovens. A pouca idade de muitos cativos oriundos da África

Centro-Ocidental, como sugere Wheat, pode ajudar a explicar por que muitos africanos centro-ocidentais raramente usavam etnônimos ou topônimos específicos para identificarem-se aos agentes ibéricos (WHEAT, 2016, p. 72, 103).

A migração majoritariamente voluntária de portugueses e luso-africanos para o Caribe espanhol é o tópico do capítulo três. Os portugueses excederam em número os outros estrangeiros europeus em muitas regiões da América espanhola. Apesar das repetidas “cédulas” para expulsar os lusitanos das cidades e vilas da América castelhana, por causa de preocupações com contrabando e subversão, oficiais no Caribe não raro relutavam em seguir as ordens. Os portugueses comandavam o tráfico de escravos para a região, e ele era uma fonte importante de ingressos para os cofres locais. Além dos seus elos com o lucrativo comércio africano, os portugueses e os luso-africanos de vários recursos econômicos muitas vezes possuíam um conhecimento importante sobre os povos, línguas, crenças, comidas, e culturas africanas, derivado da sua experiência no litoral africano. Embora esse conhecimento fosse muitas vezes usado para promover seus próprios interesses no tráfico de escravos, os intermediários portugueses e luso-africanos reconfiguraram o Caribe espanhol, assegurando que fosse uma “extensão de padrões anteriores da África atlântica”, e não tanto “um conflito violento entre culturas ou um encontro tenso negociado por europeus e africanos que sabiam pouco uns dos outros de antemão” (WHEAT, 2016, p. 140, 108).

A segunda metade do livro concentra-se nos “colonos negros” dos portos do Caribe espanhol e seus sertões, conectando-os a padrões históricos e contemporâneos da África ocidental e da Península Ibérica. O capítulo quatro analisa as mulheres livres de cor, que geralmente apareciam como donas de propriedades e residentes de vilas do Caribe espanhol. Seus papéis sociais e econômicos lembram os das *nharas* da costa da Alta Guiné e das *donas* da África Centro-Ocidental, mulheres mercadoras africanas e luso-africanas que “frequentemente agiam como intermediárias e agentes comerciais” (WHEAT, 2016, p. 145). Como suas equivalentes na África atlântica, as mulheres livres no Caribe dos séculos XVI e XVII tinham propriedades (incluindo, às vezes, escravos), operavam negócios, e entravam em relacionamentos com homens ibéricos. Wheat ressalta a complexidade de uma sociedade na qual as linhas raciais não eram completamente definidas e algumas mulheres alcançavam mobilidade socioeconômica. Contudo, se algumas das mulheres livres de cor que Wheat introduz

demonstram independência econômica e prominência social, outras reiteram o fato de que essas eram sociedades escravistas.

O capítulo cinco demonstra, de forma persuasiva, como os africanos eram os “colonos *de fato*” do Caribe espanhol, em particular em ocupações agrícolas que a maioria dos ibéricos relutavam assumir. Os escravos trabalhavam nas regiões interiores próximas às cidades portuárias, criando gado e produzindo alimentos para o consumo local e a exportação no Caribe. Suas ocupações “diretamente ecoavam as ocupações de escravos rurais na Península Ibérica e colônias portuguesas na África atlântica” (WHEAT, 2016, p. 185).

O último capítulo utiliza fontes eclesiásticas para examinar a adaptação dos africanos à sociedade do Caribe espanhol e o seu papel em facilitar a aculturação (medida em termos da aquisição de línguas ibéricas e do catolicismo) de seus companheiros africanos. Os ibéricos avaliavam a fluência cultural dos africanos numa escala que se estendia do boçal ao ladino, atributos que às vezes influenciavam os preços dos escravos (WHEAT, 2016, p. 216-218). Embora a ladinização fosse importante para “sustentar a colonização espanhola do Caribe”, os africanos muitas vezes tinham suas próprias motivações para adotar a língua e a cultura religiosa ibérica. Wheat enfatiza, ademais, que a aquisição da língua e a participação nos ritos católicos não obliteravam necessariamente identidades e crenças africanas. De fato, muitos africanos recém-batizados estavam unidos a padrinhos de origens etno-linguísticas similares, e com isso aprofundavam intercâmbios transculturais que ocorriam simultaneamente no litoral africano (WHEAT, 2016, p. 240-241).

A União Ibérica (1580-1640) delimita os marcos temporais do estudo de Wheat. Após a independência portuguesa em 1640, as redes do tráfico transatlântico “virtualmente desapareceram ou foram transferidas completamente para outro lugar” (WHEAT, 2016, p. 262). O declínio no tráfico africano direto cortou as ligações com a África subsaariana. A independência portuguesa, seguida da guerra na Península Ibérica e da captura holandesa do seu porto escravista mais lucrativo, Luanda, perturbou as redes de escravização.

Contudo, o artigo recente de Tatiana Seijas e Pablo Miguel Sierra Silva sobre o tráfico de escravos para o México central após o fim do *asiento* português mostra que os africanos ocidentais e centro-ocidentais continuaram a chegar ao porto de Veracruz durante o século XVII, ainda que em números reduzidos quando comparados com o início do século (SEIJAS; SILVA, 2016). Essa constatação não diminui a importância do trabalho de Wheat, mas sublinha a necessidade de mais estudos para o negligenciado período entre 1640 e o começo do século XVIII, tanto em termos do tráfico de escravos como do papel dos africanos e de seus descendentes na colonização do Caribe espanhol.

Atlantic Africa and the Spanish Caribbean se insere em muitos debates historiográficos de interesse para os estudiosos da África, do Caribe e da Diáspora Africana do início da época moderna. O trabalho de Wheat, fruto de uma rigorosa investigação, ilustra muito bem o potencial das fontes documentais localizadas em arquivos na Espanha e na América Latina para desvelar novos aspectos da história do tráfico português de escravos. O uso do material do *Archivo de Indias* de Sevilha para reconstruir aspectos de Angola, Cabo Verde e Alta Guiné, nos séculos XVI e XVII, é particularmente significativo dada a relativa escassez de material comparativo em coleções do mundo lusófono. Embora alguns dos etnônimos e topônimos fornecidos pelas fontes eclesiásticas examinadas por Wheat possam ser intrínsecos aos cleros locais – principalmente se comparados aos registros de batismos de meados do século XVII de várias paróquias no estado do Rio de Janeiro que invariavelmente se referem a africanos como angolas, congos e “de nação guiné” – *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean* indica as vantagens de fazer investigação além das fronteiras imperiais.

Referências

- WHEAT, David. *Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.
 SEIJAS, Tatiana; SILVA, Pablo Miguel Sierra. The Persistence of the Slave Market in Seventeenth-Century Central Mexico. *Slavery and Abolition*, v. 37, n. 2, p. 307-333, 2016. <https://doi.org/10.1080/0144039X.2015.1121024>

Recebido: 10 ago. 2018; aprovado: 19 set. 2018.

Autora/Author:

 KARA SCHULTZ kara.d.schultz@vanderbilt.edu

- Pós-doutoranda junto ao centro de pesquisa “Slave Societies Digital Archive” da Universidade Vanderbilt, Estados Unidos. Ela obteve o doutorado em história pela mesma instituição em 2016. Sua pesquisa se concentra na escravidão e no tráfico de escravos nos séculos XVI e XVII, no Atlântico sul.
- Investigadora postdoctoral en el centro de investigación “Slave Societies Digital Archive” de la Universidad Vanderbilt, Estados Unidos. Ella obtuvo su doctorado en historia en la misma institución en 2016. Sus estudios se centran en la esclavitud y en el tráfico de esclavos en los siglos XVI y XVII, en el Atlántico sur.
- Postdoctoral fellow with the Slave Societies Digital Archive. She received her Ph.D. from Vanderbilt University in 2016. Her research focuses on slavery and the slave trade in the 16th and 17th-century South Atlantic.